



PROJETO INTERDISCIPLINAR COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DOS ALUNOS NO AMBIENTE ESCOLAR

Joaquina Ianca Miranda¹;
Luanna Gabrielle de Oliveira²;
Rayane de Andrade Silva³;
Izabela de Souza Atar⁴.

RESUMO

Este trabalho traz a exposição descritiva de um Projeto de Intervenção aplicado em uma escola da rede pública da cidade de Belém (PA), desenvolvido durante a realização do componente curricular Estágio Supervisionado de Gestão e Coordenação Pedagógicas em Ambientes Escolares, no decorrer do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, no período de 14 a 28 de novembro do ano de 2019. O objetivo é produzir uma análise sobre os projetos com temas transversais elaborados pelos graduandos e aplicados nas escolas sob o prisma da interdisciplinaridade, tendo como finalidade a Educação Patrimonial dos alunos e, ainda, como o desenvolvimento dessas ações impactam a comunidade escolar e quais suas consequências na vida prática dos alunos em relação ao cuidar do patrimônio material da escola. Os resultados mostram que desenvolver projetos na perspectiva interdisciplinar requer diálogo entre gestão, coordenação pedagógica, professores e discentes responsáveis pela elaboração e execução dos projetos apresentados, buscando harmonizar a implementação dos mesmos para que não haja prejuízos na carga horária obrigatória proposta para o ano letivo dos alunos. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de intervenções que tratem de temas transversais de forma interdisciplinar, em especial, que abordem o tema Educação Patrimonial com alunos da Educação Básica, para que esses percebam a importância de cuidar do patrimônio escolar como um bem comum a todos, visto que, se forem preservados, proporcionam uma melhor qualidade no desenvolvimento da função social da escola.

Palavras-chave: Projeto de Intervenção. Patrimônio Público Escolar. Educação Patrimonial. Interdisciplinaridade. Temas transversais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho descreve a aplicação de um Projeto de Intervenção – quesito obrigatório do Estágio Supervisionado de Gestão e Coordenação Pedagógicas em Ambientes Escolares do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Raymundo Martins Vianna, localizada na região urbana de Belém, capital do Estado do Pará, na região Norte do Brasil. O projeto de intervenção buscou trabalhar a Educação Patrimonial no ambiente escolar por meio da interdisciplinaridade

¹Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade federal do Pará (UFPA), joaquinaianca@gmail.com.

²Graduanda do curso de Pedagogia da UFPA, luadecristal266@gmail.com.

³ Graduanda do curso de Pedagogia da UFPA, ray.silva880@gmail.com.

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia da UFPA, izabelahathar@gmail.com.



A escolha por discutir esse tema ocorreu após conversa com uma das coordenadoras da escola, que apontou uma grande preocupação devido às lacunas que perpassam esse assunto. Ela relatou que os alunos ainda não possuíam a postura de zelo e preservação do patrimônio público existente na escola. Para tanto, trabalhamos a temática pela ótica do que se tem discutido em relação às depredações do patrimônio e, então, desenvolvemos nossas discussões dentro dessa vertente que, segundo Priotto e Boneti (2009), são atos do cotidiano, como características de vandalismo, destruição, roubo ou furtos do patrimônio, que causam impacto tanto nos membros efetivos da instituição escolar quanto na comunidade em que a escola se encontra.

O objetivo deste trabalho é analisar as atividades extracurriculares desenvolvidas no âmbito da educação patrimonial escolar através do projeto de intervenção executado pelos estagiários e, como isso, compreender como o desenvolvimento dessas ações impactam a comunidade escolar e quais as consequências, na vida prática, dos aprendizados adquiridos pelos alunos durante a execução do projeto em relação ao cuidar do patrimônio material da escola. A partir dessas considerações iniciais, para desenvolvermos as discussões sobre nossos objetivos, fazemos os seguintes questionamentos: quais os enfrentamentos na efetivação dos projetos de intervenção extracurriculares sobre os temas transversais na perspectiva interdisciplinar e seus impactos na comunidade escolar? Qual a consequência do ensinamento proposto na realidade dos alunos em relação ao cuidar do patrimônio material da escola?

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido por alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 14 a 28 de novembro do ano de 2019, durante a realização do componente curricular Estágio Supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica, que tem como quesito obrigatório para sua conclusão a elaboração e execução de uma proposta de intervenção como tarefa final. Trata-se de uma abordagem quali-quantitativa, que utiliza a aplicação do projeto de intervenção realizado pelos graduandos durante o estágio. A elaboração desse trabalho também contou com uma pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico, com pressupostos de autores que tratam de assuntos relacionados ao tema proposto.



Tanto o estágio quanto o projeto de intervenção foram realizados no turno da manhã, articulado em parceria com a coordenação escolar, e tiveram como público alvo os alunos atuantes no primeiro ano do Ensino Médio. Buscou-se desenvolver uma ação interdisciplinar, para não haver uma discordância com o cronograma de aulas da escola, por isso se tratar de um problema que havia sido identificado durante as observações realizadas na instituição. Foram selecionadas três turmas do primeiro ano, sendo elas: T101, T102 e a T103.

O esquema de aplicação dividiu-se em duas fases. A primeira foi a articulação com professores, que teve o objetivo de ampliar a interdisciplinaridade e articular o projeto como uma ferramenta de ensino do currículo disciplinar. Para sua realização, ocorreram três processos: o primeiro foi a análise dos planos anuais das disciplinas do currículo escolar – quando identificamos quatro matérias para inserção no projeto, que estavam trabalhando eixos temáticos que poderiam abordar temas da Educação Patrimonial. O segundo foi um diálogo com os professores das disciplinas, quando se cogitou com esses professores a possibilidade dos mesmos trabalharem previamente esses temas, porém, apenas dois – os das disciplinas de filosofia e história – aceitaram auxiliar a partir dessa solicitação, assim, incluíram abordagens do tema em assuntos já trabalhado em sala de aula. Na sequência, foi feita a elaboração do plano de aula e a seleção das turmas – T101, T102, T103 – para aplicação do plano de intervenção, contou-se com o auxílio de um professor de matemática.

A segunda fase foi a articulação com os alunos, que tratou da aplicação do projeto com os mesmos. Nesse momento, foi feita a aplicação de questionários para as três turmas do primeiro ano, objetivando identificar os conhecimentos prévios desses alunos em relação ao patrimônio público escolar, assim como a oportunidade de fazer a apresentação do projeto às turmas. Dessa forma, seguiu-se realizando a aplicação dos planos de aulas que seriam aplicadas nos dias programados – 14 e 21 de novembro – com as respectivas turmas. Tratava-se de uma aula onde se valorizava o diálogo com os alunos, desenvolvendo uma breve discussão sobre o assunto patrimônio escolar. Durante o diálogo, foram mostrados aos alunos os valores de alguns bens materiais adquiridos pelo Estado, cujos custos foram calculados e, dentro desses, também foram incluídos valores de gastos com reformas na escola. A partir desses valores e da quantidade real de alguns materiais adquiridos pela escola ao longo do ano, propusemos um possível orçamento das pequenas reformas que os alunos gostariam que fossem executadas na escola. No último dia de aplicação do projeto, realizamos a exposição dos resultados da execução do plano de aula na sala de vídeo para as turmas T101 e T103.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de intervenção foi construído dentro da perspectiva interdisciplinar e utilizou um tema transversal de notável importância, tanto para o aprendizado e desenvolvimento da formação dos alunos, como para a comunidade escolar e a preservação e conservação de seu patrimônio (SILVA & RIBEIRO, 2018), pois se tratou de “[...] um esforço de integração metodológica [...] a partir de vários ângulos [...] numa discussão interativa e intersubjetiva [...] de ‘interdisciplinaridade’ para tratar a relação entre duas ou mais disciplinas [...]” (MINAYO & MINAYO, 2003, p. 136). Um esforço importante e necessário no auxílio da afirmação do sentimento de pertencimento nos alunos, visto que, através da educação patrimonial, é possível propor a articulação de diferentes saberes e é essa interdisciplinaridade que amplia a eficácia do trabalho de conscientização (SILVA & RIBEIRO, 2018).

É nesse intuito que este projeto se dirigiu à reflexão da referida temática, buscando relacionar os gastos financeiros com o patrimônio público escolar e o ato de depredação na instituição, para dar suporte a outras disciplinas, como história e filosofia, que abordaram temáticas da educação patrimonial inseridas no seu cronograma de conteúdo anual (SILVA & RIBEIRO, 2018) e, assim, propor que a escola concretizasse seus esforços na manutenção de seu patrimônio material, dando continuidade e intensificando a importância de desenvolver estudos que possam intervir pedagogicamente (ASSMANN, 1996) para mudanças nas atitudes que se determinavam à deterioração e destruição do patrimônio escolar (SILVA & RIBEIRO, 2018). Logo, foi a partir da obtenção de informações e aprendizados que fazem conexão com a vida e a realidade dos alunos (SOUZA, 2014) que se estabeleceu uma interação entre os processos cognitivos e a formação dos sujeitos para uma maior e mais significativa aprendizagem (ASSMANN, 1996).

Nessa perspectiva, o projeto de intervenção propôs um debate destacando o reconhecimento da intencionalidade, dos atos individuais – tanto na prevenção e conservação, quanto na depredação resultante do vandalismo presente na realidade escolar – (SOUZA, 2014), considerando o que Freire (1989) pauta como conduta correta quando se refere à prática educativa como válvula de concepção do indivíduo, com o espaço que o mesmo ocupa e as relações que envolvem estes sujeitos com o mundo.

Quanto ao problema da depredação do patrimônio público escolar, o mesmo é uma realidade que tem chamado a atenção de especialistas (SOUZA, 2014) e se tornado objeto de



estudos de várias áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos a própria Educação Patrimonial (SILVA & RIBEIRO, 2018; SOUZA, 2013). Entendemos que o aluno pesquisador, ao se encontrar envolvido nessa realidade escolar, deve se colocar na condição de educador, portanto, não deve se portar indiferente a essa problemática (SOUZA, 2014). Suas ações devem propor um projeto de intervenção, na tentativa de que se produzam algumas mudanças no cenário da escola, ou ao menos se minimizem as dificuldades enfrentadas por ela em relação aos problemas identificados (ASSMANN, 1996).

A seguir, serão apresentados os resultados dos questionários aplicados antes da execução do plano de aula às turmas T102 e T103. A partir das afirmações dos alunos nos mesmos, foram obtidas algumas noções gerais do que os alunos compreendiam por patrimônio público, sumarizadas na tabela a seguir.

Tabela 1: Noções prévias do conceito de Patrimônio Público dos alunos da T103 e T102.

NOÇÃO PRÉVIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO			
TURMA	ALUNO	IDADE	DECLARAÇÕES DOS ALUNOS
T103	Aluno 01	16 anos	“[...] é uma propriedade sustentada pelos impostos que a gente paga, que os habitantes passam a utilizar no seu dia-a-dia”.
T103	Aluno 02	15 anos	“Para mim, patrimônio público é um local ou algo que está a disposição de todos”.
T103	Aluno 03	16 anos	“Que é uma coisa deixada pelos mais velhos para as gerações seguintes”.
T103	Aluno 04	16 anos	“Lugar onde pessoas que não têm boa condição financeira frequentam”
T103	Aluno 05	17 anos	“É um direito público que todos podem usufruir”.
T103	Aluno 06	16 anos	“Algum prédio do Estado”.
T103	Aluno 07	16 anos	“Não sei muita coisa, só sei que devemos conservar”.
T102	Aluno 08	16 anos	“O patrimônio público que um lugar onde turista pode ir visitar e também é um patrimônio que o Governo deveria cuidar um pouco mas”.
T102	Aluno 09	16 anos	“O patrimônio público são as praças, obras que foram criados ao ar livre”.
T102	Aluno 10	16 anos	“São os bens direitos e obrigações de valor econômico e pertencentes a uma pessoa ou empresa”.
T102	Aluno 11	15 anos	“São para seres admirados”.
T102	Aluno 12	15 anos	“Patrimônio publico é os edifícios que o governo cede a população.”
T102	Aluno 13	15 anos	“Patrimônio público é algum lugar que alguém pode interagir e trabalhar”.
T102	Aluno 14	15 anos	“Entendo que é muito bom ter uma escola pública na nossa cidade, porque nem muitas pessoas têm condições financeiras de proporcionar uma escola particular, uma escola boa, apesar de muitas pessoas estarem ocupando o lugar de muitas pessoas que queriam estudar”.

Fonte: Elaborado pelos autores



Acerca dessa compreensão nas turmas T102 e T103, resumizamos as respostas dos 76 alunos participantes da aplicação do questionário, em dezesseis categorias evidenciadas na tabela a seguir:

Tabela 2 : Categorias das noções prévias sobre o conceito de Patrimônio Público (T103-T102)

CONCEITO SOBRE PATRIMÔNIO		
CATEGORIA	Nº de ALUNOS	PERCENTUAL
Não Sabem	16	16%
Local de acesso a todos	19	29%
Ambiente herdado historicamente	4	6%
Lugares pertencentes ao governo ou Estado	5	8%
Ambiente para pessoas de baixa renda	1	2%
Ligação entre o patrimônio público e Direito Público	5	8%
Lugar mantido pelos impostos	4	6%
Algo que deve ser conservado	3	5%
Obras feitas ao ar livre	2	3%
Bens de valor econômico pertencente a pessoa ou empresa	2	3%
Terreno dado pelo governo para determinado público	1	2%
Ponto turístico	1	2%
Lugar onde se pode interagir e trabalhar	1	2%
Algo para ser admirado	1	2%
Escola Pública	1	2%
Bom uso e conservação de materiais	4	6%

Fonte: Elaborado pelos autores

Para a forma como eles entendiam as ações de depredação do patrimônio escolar antes da intervenção, os alunos relataram um número amplo de compreensões acerca do tema em questão (SOUZA, 2014), tendo entre eles um pequeno número de respostas onde afirmaram não conhecer o problema. A tabela 3 sintetiza os relatos obtidos pelos alunos de ambas turmas trabalhadas.

Tabela 3: Noções prévias do conceito sobre depredação escolar dos alunos da T103 e T102

TURMA	ALUNO	IDADE	NOÇÃO DE DEPREDÇÃO ESCOLAR
T103	Aluno 15	15 anos	“Observo que é uma questão que precisa ser trabalhada, pois a escola é algo que devemos preservar, não só a escola, mas qualquer espaço público”.
T103	Aluno 16	15 anos	“A depredação é muito constante nas escolas, pois, alguns alunos inutilizam os bens escolares, por exemplos os bebedouros, merendas e cadeiras”.
T103	Aluno 17	15 anos	“Eu acho um absurdo quando um aluno quebra algo da escola, isso na verdade é vandalismo, infelizmente esses alunos devem ser punidos ou denunciado para a mãe, porque a educação vem de casa”.
T103	Aluno 18	15 anos	“Como vandalismo, uma coisa que não deveria acontecer, mas que acontece muito por não terem respeito por algo deixado por nós”.
T103	Aluno 01	16 anos	“Eu, vejo que a escola já não tá muito legal na questão da estrutura, pintura, e os alunos acabam por cada dia mais piorar o que já tá ruim”.
T103	Aluno 19	Não identificado	“Quem faz isso é um idiota porque ele acaba com uma coisa que ele se beneficia”.
T103	Aluno	15 anos	“Alguns alunos jogam lixo nos corredores em vez de jogarem no lixeiro,



	02		jogam lixo nas valas que escoam a água fazendo com que elas fiquem entupidas. Alguns até riscam as cadeiras, as mesas e as paredes da escola”.
T103	Aluno 04	16 anos	“Ao chegar na sala e não ter carteiras disponíveis, pois muitas estão quebradas pelo corredor, as pichações nos muros e paredes, a quebra dos materiais necessários para nós como bebedouro e utensílios”.
T103	Aluno 03	16 anos	“Como ato de pichação, pois ele faz isso pelo seu entretenimento”.
T103	Aluno 20	16 anos	“Como um desrespeito aos alunos que realmente querem estudar, e acabam sendo os mais prejudicados, como eu por exemplo, que fiquei quase um ano todo carregando cadeira para estudar pela falta”.
T102	Aluno 21	16 anos	“Não de todo mal, pode melhorar muito, é seria muito interessante é porque o nome do lugar ficaria mas bem falado é mais valorizado”.
T102	Aluno 22	16 anos	“Muitos casos no cotidiano são de casos precários nas escolas a infraestrutura, faltas de professores e muitos outros mais eu acho que também são culpa dos alunos porque não cuidam da escola e alguns fazem e pincha as paredes, quebra cadeiras e muitos outros casos de vandalismo”.
T102	Aluno 23	16 anos	“É o cuidado e o zelo que temos na escola”.
T102	Aluno 24	16 anos	“Uma coisa triste, de ver a escola suja, pichado nas paredes das salas de aulas”.
T102	Aluno 25	16 anos	“Observo que não tem ventiladores o suficiente, paredes riscadas, não tem professores para todas as matérias”.
T102	Aluno 26	16 anos	“Eu acredito que a nossa escola não está sendo bem conservada”.

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 1988, o patrimônio público é conceituado como bens culturais, materiais e imateriais, ressaltando, em seu artigo 5, que qualquer cidadão é constituído como sujeito legítimo para propor qualquer ação de caráter popular sobre situações que venham a causar danos ao patrimônio público (BRASIL, 1988). É notável que, por vezes, as escolas públicas são apresentadas em total abandono e são vítimas de vandalismo e depredação (SILVA & RIBEIRO, 2018), sendo que os agentes desses atos na maioria das vezes são os próprios alunos da escola (SOUZA, 2014). Dessa forma, intervenções nessa perspectiva são extremamente necessárias (ASSMANN, 1996), visto que muitos desses alunos ainda não adquiriram consciência de que a escola se constitui um patrimônio público (SOUZA, 2013) que deve ser preservado por todos os cidadãos e que sua depredação é um delito constitucional (BRASIL, 1988).

Como evidenciado nos dados, tanto as noções de patrimônio público, como as de depredação escolar dos alunos em questão não se mostraram bem definidas e consolidadas. Essa condição de inconsciência resulta na incapacidade de se reconhecerem como representantes e partes legítimas desse meio e, portanto, responsáveis pela preservação e



conservação do patrimônio público, visto que os mesmos não desenvolveram o sentimento de pertencimento a essa comunidade.

Se para Silva (2018, p. 132), “[...] entende-se que as relações de identidade e pertencimento ao lugar são mescladas no processo de apropriação e territorialização do espaço [...]”, esses processos são elementos necessários para a conservação do ambiente e patrimônio escolar e se constituem pilares para que ocorra essa conscientização. Ainda se tratando dos mesmos, torna-se relevante destacar que tendem não apenas a reiterar a importância da conservação da instituição escola, mas remeter seu vínculo com a formação do sujeito, frisando esse espaço como local de transmissão de cultura (SOUZA, 2014).

De acordo com Silva e Ribeiro (2018), através da educação patrimonial, é possível propor a articulação de diferentes saberes e é essa interdisciplinaridade que se torna necessária para o auxílio da incorporação do sentimento de pertencimento nos alunos. Ainda nessa mesma perspectiva, o desenvolvimento de um projeto interdisciplinar, ao mesmo tempo que ampliou a possibilidade de obtermos eficácia com as ações de conscientização (SILVA & RIBEIRO, 2018), proporcionou também articular o trabalho com um problema que se percebeu emergente e que só foi possível identificar no decorrer do desenvolvimento do estágio, pois, durante nossas vivências na escola, notamos que, no discurso de alguns docentes da instituição, existia um descontentamento com a aplicação de projetos extracurriculares, pois, segundo eles, para que esses projetos fossem executados, era necessária a interrupção do cronograma curricular das disciplinas.

Mesmo com a proposta de uma intervenção que buscou o diálogo com os professores para que os temas transversais fossem trabalhados através de projetos extracurriculares, percebemos que, em relação a alguns professores, não há qualquer possibilidade de aceitação e, então, faz-se pertinente relatar que o engessamento desses docentes em resistir ao diálogo com o novo causa uma desconformidade com a realidade da educação e da escola.

Lockmann e Traversini (2017) apontam que, por vezes, a escola torna-se uma instituição elástica onde sempre cabe mais um projeto ou programa para a solução de problemas de mais uma das várias dimensões sociais. Defendemos que essas ações são que apresentam possibilidades de diálogos com a comunidade escolar e busca de soluções para seus problemas evidentes, porém, o contrário disso ocorre em muitas ocasiões, pela falta de articulação desses projetos com os docentes e com o próprio currículo escolar. Saviani (2011) aponta que há uma tendência a inverter a centralidade do currículo escolar dos conteúdos disciplinares aos projetos extracurriculares, pontuando que não se deve permitir ocorrer esta



inversão, pois as atividades que constituem a composição principal dos ensinamentos escolares e que são organizadas pelo currículo da escola não devem se tornar secundárias, dando centralidade às ações extracurriculares, o que descaracteriza completamente o conjunto da organização escolar.

Nessa perspectiva, além da articulação com professores que pudessem ministrar aulas sobre esse conteúdo com base em seu planejamento anual, optou-se por trabalhar com a matemática no desenvolvimento do plano de aula com os alunos das turmas onde foi aplicado o projeto, trazendo valores de custo com a aquisição dos itens apontados como mais depredados pela gestão e coordenação escolar – materiais como carteiras, mesas, cadeiras, portas, bebedouros, quadro, dentre outros –, possibilitando o cálculo dos custos totais para essa aquisição. Após serem elencadas as pequenas reformas necessárias na sala de aula, foi realizada a elaboração de um orçamento imaginário das mesmas, feito com auxílio dos alunos. Dessa forma, trabalhou-se a proposta de que, caso não houvesse a necessidade de aquisição frequente dos materiais apontados pela equipe gestora por conta de sua depreciação, algumas das pequenas reformas estruturais assinaladas poderiam ser realizadas, assim como outros investimentos, como a aquisição de materiais de âmbito pedagógico.

Antes da realização do plano de aula, evidenciou-se propostas de intervenções de caráter prático e, em sua maioria, generalista, por parte do alunado, entre elas: “[...] os alunos ajudarem a preservar a escola [...]” (ALUNO 27, T103); “[...] Não quebrando as coisas [...]” (ALUNO 06, T103). Assim, outros fatores foram apontados previamente por esses alunos, como: ter consciência do nos seus atos, fiscalização rigorosa, proibir o uso por parte do alunado, parar de pichar e riscar as paredes, deixar de sentar em cima das carteiras, jogar o lixo nas lixeiras, conversar com os pais e alunos sobre ter cuidado com a escola e os materiais, uma melhor educação familiar, por meio de punições a quem realiza esse ato.

Após a dinâmica realizada com os valores, as soluções de intervenção propostas pelos alunos mostraram-se menos generalistas e mais elaboradas, por exemplo: foi sugerido pelos próprios alunos o desenvolvimento de um projeto estudantil sobre o tema, onde citaram ações com viés artístico, como o trabalho em grafite, a realização de saraus na biblioteca, a realização de aulas práticas sobre o zelo para com a escola e palestras para estimular os alunos a ter uma consciência de preservação, assim como a necessidade de maior fiscalização por parte dos professores e dos alunos, inibindo atos de depreciação.

Foi identificado, junto aos alunos, que a depreciação do patrimônio escolar influencia na utilização dos recursos financeiros destinados às necessidades básicas da escola. Dessa



forma, conclui-se que a comunidade escolar precisa encontrar formas de evitar a depredação do seu patrimônio para que os recursos possam ser devidamente aplicados às necessidades essenciais da escola, evitando gastos desnecessários com a reposição do patrimônio material que é destruído.

O último processo foi a exibição dos resultados para as turmas em forma de palestra. Um aspecto que consideramos negativo foi o fato do tempo de apenas 45 minutos cedidos pela escola, em conjunto com os professores, para a culminância com os alunos, o que acabou influenciando de forma não muito positiva a execução do trabalho, que necessitava de mais tempo de realização. Contudo, essas dificuldades foram superadas e foram finalmente mostrados os slides com o conteúdo dos resultados, onde, no aspecto geral, pode-se perceber que, nas turmas em que se trabalhou com as intervenções, os alunos mostraram um interesse, participação e compreensão sobre o tema discutido.

Percebeu-se, por meio dos resultados, que os alunos das turmas onde foram aplicados os questionários e o plano de aula passaram a ser capazes de propor soluções para o problema existente na escola, fazendo com que os mesmos se tornassem capazes de realizar questionamentos reflexivos em relação a sua conduta e a do outro, influenciando positivamente para a construção moral e para a visão de comunidade desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do projeto de intervenção possibilitou percebermos que a participação efetiva de todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar é essencial nas transformações sociais que vem a ser produzidas pelos envolvidos nessas relações, ação fundamental para a possibilidade da composição de uma gestão escolar democrática, onde se permita o diálogo, discutindo a escola a partir de uma perspectiva que possa formar um sujeito crítico e reflexivo, através de uma educação que se proponha emancipadora, libertadora e que assuma o compromisso de formar indivíduos conscientes sobre assuntos de caráter social que os envolvam através da exploração de temas transversais, como a questão do patrimônio público escolar.

O processo de desenvolvimento do Plano de Intervenção possibilitou a melhora da percepção dos alunos acerca desse tema. Durante a realização, tivemos uma resposta bastante positiva por parte das turmas em que se aplicou esse plano em relação à interação com o tema proposto. Os alunos foram bem comunicativos acerca de toda dinâmica proposta pelos



estagiários e perceberam que outras demandas poderiam ser resolvidas caso não estivesse faltando carteiras e mesas que precisassem ser substituídas e alguns espaços reconstruídos. A conservação e a preservação do patrimônio poderiam proporcionar reformas nos banheiros, na quadra de esportes, na troca de portas, ventiladores e outros equipamentos que tem um tempo de vida útil limitado e o resultado percebido foi a reação de surpresa por parte dos alunos ao saber o custo para se poder realizar as demandas de reparos que a escola necessita em decorrência dos atos de vandalismo com seu patrimônio.

Reafirmamos a necessidade e a importância do desenvolvimento de projetos que tratem de temas transversais de forma interdisciplinar – em especial que abordem o tema Educação Patrimonial – com alunos da Educação Básica, para que esses percebam a importância de cuidar do patrimônio escolar como um bem comum a todos, visto que, se esses forem preservados, proporcionam uma melhor qualidade no desenvolvimento da função social da escola, tanto estrutural, como pedagógica.

Evidenciamos que os projetos na perspectiva interdisciplinar exigem um consenso por parte da gestão, da coordenação pedagógica, dos professores e estagiários responsáveis pela elaboração e execução dos projetos apresentados, tendo em vista harmonizar a implementação dos mesmos para que não haja prejuízos na carga horária obrigatória proposta para o ano letivo dos alunos. Porém, esse diálogo se mostrou como um desafio a ser enfrentado pela gestão e coordenação escolar, tendo, por vezes, como um de seus obstáculos, professores que se encontram engessados dentro de uma perspectiva mais tradicional e menos dialógica de ensino.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. Treze colocações sobre a qualidade Cognitiva e social da educação. In: _____ (Ed). **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: Unimep.1996, pp. 17-35.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 jun. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 23 jun. 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989.



LOCKMANN, K; TRAVERSINI, C. S. Alargamento das funções da escola e redefinição dos conhecimentos escolares: implicações da educacionalização do social. **Revista de Educação Pública**, 26(63), 817-835, 2017.

MINAYO, M. C. S; MINAYO, C. S. Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Piracicaba: Unimep. 2003, Cap. 8, pp. 117-142.

PRIOTTO, E. P; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ**, 9(26), 161-179, 2009.

SILVA, M. S; RIBEIRO, A. M. A. **Educação patrimonial e interdisciplinaridade: instrumentos para fortalecimento da cidadania no ambiente escolar**. Pernambuco: Realize, 2018.

SILVA, A. S. Sentimentos de pertencimento e identidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, 8(16), 130-141, 2018.

SOUZA, L. *et al.* Escola e seus danos patrimoniais: uma análise a partir da percepção de alunos de uma escola pública no município de São Félix-BA. **Revista Formadores**, 7(3), p 123-123, 2014.

SOUZA, R. F. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Revista Linhas**, 14(26), 199-221, 2013.